

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 15 • 2007



CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS

2007

**A ARQUEOLOGIA PORTUGUESA E O ESPAÇO EUROPEU
BALANÇOS E PERSPECTIVAS**

ACTAS DO COLÓQUIO

Sociedade de Geografia de Lisboa

(Lisboa, 30 de Outubro de 2007)



Coordenador:
João Luís Cardoso

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS

2007

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS
Volume 15 • 2007 ISSN: 0872-6086

COORDENADOR E
RESPONSÁVEL CIENTÍFICO - João Luís Cardoso
DESENHO - Autores ou fontes assinaladas
PRODUÇÃO - Gabinete de Comunicação / CMO
CORRESPONDÊNCIA - Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras
Fábrica da Pólvora de Barcarena
Estrada das Fontainhas
2745-615 BARCARENA

Aceita-se permuta
On prie l'échange
Exchange wanted
Tauschverkehr erwünscht

ORIENTAÇÃO GRÁFICA E
REVISÃO DE PROVAS - João Luís Cardoso e Autores
MONTAGEM, IMPRESSÃO E ACABAMENTO - Europress, Lda. - Tel. 218 444 340
DEPÓSITO LEGAL N.º 97312/96

BREVES REFLEXÕES SOBRE OS CAMINHOS DAS ANTIGAS SOCIEDADES CAMPONESAS NO CENTRO E SUL DE PORTUGAL

Victor S. Gonçalves¹

«Queria assinalar que as páginas 1738 a 1752 deste livro foram cortadas com uma lâmina, disse, abrindo o volume. Quando são exactamente essas que eu devia consultar.»

Neal Stephenson, *Pânico na Universidade*

RESUMO

O autor apresenta algumas das questões que tem presentemente em estudo, quer as potenciadas pelo Projecto «PLACA NOSTRA» quer pelo Projecto «Caminhos do Sul». Analisa questões relacionadas com os «movimentos» megalíticos, e o seu duplo significado, com as placas de xisto gravadas, particularmente as placas CTT, refere a expansão arqueometalúrgica para Ocidente e a questão campaniforme, com relevo para as cerâmicas «campaniformes» decoradas com métopes.

1. Considerações prévias;
2. Os «movimentos» megalíticos;
3. As placas de xisto gravadas: o centro e as periferias;
4. Os povoados e as quintas fortificadas dos arqueometalurgistas;
5. Os primeiros campaniformes e as taças «campaniformes»;
6. Em resumo?

Este texto constitui uma das bases para um Projecto de Investigação cujo programa e itinerário decorrerão dentro do Grupo de Trabalho sobre as Antigas Sociedades Camponesas, no Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ). Fotos do autor, desenhos de placas de xisto gravadas do Projecto «PLACA NOSTRA», desenhos de reconstituições cerâmicas encomendados a Guida Casella para a monografia de Alapraia em curso de elaboração, a editar pela Câmara Municipal de Cascais. Agradece-se à Câmara Municipal de Cascais o apoio prestado e ao Museu do Instituto Geológico e Mineiro as facilidades concedidas.

¹ Grupo de Trabalho sobre as Antigas Sociedades Camponesas, Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa – UNIARQ). vsg@fl.ul.pt

1. CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS

Explícita ou implicitamente, defendi várias vezes (GONÇALVES, 1989, 1999, 2003b, e, particularmente, 2006 e 2008, no prelo...) que, mesmo esquecendo os grupos de caçadores-recolectores, sempre houve uma circulação, por vezes contínua, outras em menor fluxo ou ritmo, no Sul peninsular. O Neolítico Antigo é um caso exemplar das duas vias – marítima e terrestre – que assistiram às deslocações de grupos de colonos, de artefactos comercializáveis, ou apenas de componentes dos vários pacotes «neolíticos» (quer o das antigas sociedades camponesas quer o das sociedades camponesas de segunda fase, os arqueometalurgistas da Revolução dos Produtos Secundários).

Podemos falar sobre deslocações de

1. grupos coesos, transportando consigo estruturas sociais estáveis, sobretudo durante o processo de neolitização e nos inícios do 3.º milénio, com a chegada das comunidades de arqueometalurgistas;
2. de indivíduos, os «viajantes», os prospectores de novas áreas, os comerciantes, transportando placas de xisto gravadas num espaço contido parcialmente pelos grandes rios, o Guadiana e o Tejo, apesar de tudo mais fáceis de ultrapassar que o Sado das planícies alagadas do Sul quase litoral.

Não ocorre a ninguém que a deslocação de populações corresponda *invariavelmente* a massacres generalizados e à substituição de populações inteiras – ainda que, em várias áreas da Europa, isso pareça ter mesmo acontecido. No entanto, artefactos, práticas mágico-religiosas, incluindo as arquitecturas da morte e os ritos funerários, traduzem, no 4.º e no 3.º milénios, deslocações marítimas e terrestres de significado e volume suficiente para ficarem registadas no segmento arqueológico do mundo real.

As práticas de construção megalítica tardia são um exemplo – com grutas artificiais e *tholoi* – mas o seu conteúdo é mais importante que elas. Um espaço individual, ou de «família», restrita ou extensa, é agora substituído por espaços que não são necessariamente maiores, mas onde as numerosas deposições traduzem a colectivização da morte e o uso maciço de um único espaço construído ou natural.

Os caminhos das placas de xisto gravadas são, a partir do Alentejo central, um dos exemplos mais seguros para a circulação de ideias e dos artefactos em que elas se cristalizam (GONÇALVES, 2004a, 2004b).

Mas, se no universo da morte caracterizamos assim esta mudança do 4.º para o 3.º milénio (GONÇALVES, 2003b), no espaço dos vivos é o controlo da paisagem pela visibilidade armada que conduz à proliferação dos povoados fortificados. Povoados fortificados que traduzem, mais que a complexificação de um modelo social, o choque entre dois modos de vida e a competição por um só território, ainda que de recursos múltiplos.

A situação dos campaniformes, que circulam pelo Centro e Sul do que viria a ser Portugal (e pelo Sul peninsular) durante a toda a segunda metade do 3.º milénio, com múltiplas imitações locais, representa um paroxismo de uso das vias naturais de circulação, mas é bom que se entenda de que realidade falamos. Separar bruscamente os campaniformes «marítimos» (os verdadeiros vasos campaniformes) das taças decoradas, com bordo decorado ou sem ele, é tão absurdo como dizer que se trata exactamente do mesmo complexo cerâmico. Novas situações, recentemente identificadas em antigas colecções, permitem hoje detectar as contaminações efectivas e a transição entre os dois subgrupos e um segundo grupo principal, o da cerâmica folha de acácia, próprio das Penínsulas de Lisboa e Setúbal.

Estas questões, entre outras, serão brevemente tratadas detalhadamente, esperando-se, no médio prazo, uma outra oportunidade, para o seu adequado desenvolvimento.

2. OS «MOVIMENTOS» MEGALÍTICOS

Se procurarmos a comparação mais eficaz no que a este campo diz respeito, sem dúvida que os casos de Huelva e Reguengos de Monsaraz são os mais evidentes (e não necessariamente pelo seu conhecimento extensivo ou pela sua relativa proximidade).

Trata-se, como se sabe, de dois grupos megalíticos objecto de escavações sistemáticas no fim da primeira metade do século XX, objecto de monografias seminais, seguidas, a alguma distância cronológica, por textos que as completam ou que esclarecem situações por tratar.

E a primeira questão que ocorre é a da dupla natureza dos dois conjuntos, tão diversos nas arquitecturas e tão semelhantes no seu recheio. E se isto é claro no que ao megalitismo ortostático diz respeito, no que refere aos *tholoi* a situação é muito mais nítida: *como explicar as semelhanças quase integrais de arquitecturas e espólios funerários?*

Parece hoje cada vez mais nítido que, a nível do megalitismo, duas grandes influências se jogam na faixa ocidental «portuguesa» da Península Ibérica, a influência do Norte atlântico, mais antiga, conectada às tradições de fins do 5.º milénio e de todo o 4.º, e a mediterrânica, associável à segunda metade do 4.º milénio e à primeira do 3.º.

Não nos competindo falar da primeira, é fácil entrar pelos caminhos do Sul, os das arquitecturas mediterrâneas.

As cronologias disponíveis para o megalitismo do Centro e Sul de Portugal foram recentemente publicadas, quer em quadro quer individualmente (GONÇALVES, 2003a, 2005a, b, ROCHA, 2005; BOAVENTURA, 2008, no prelo) e, salvo em casos duvidosos, são claríssimas – este megalitismo não é anterior a 3500 a.n.e. e grande parte dele, incluindo os monumentos de corredor curto, médio e longo, agrupa-se nos últimos séculos do 4.º milénio. E ainda se constroem antas (e sobretudo se usam) nos dois primeiros séculos do 3.º milénio.

A situação no Sul de Espanha não é muito diferente, salvaguardando-se as datações de Alberite, a maioria das quais justificam sérias reservas, sendo muito provavelmente de atribuir a área de povoamento anterior à construção do monumento e à sua remobilização em época incerta.

Na Fig. 1, exemplificam-se monumentos escavados em Huelva. Nenhuma de estas soluções (quer as câmaras múltiplas quer as grandes galerias com câmara não diferenciada) foi adoptada em monumentos conhecidos do nosso lado do Guadiana (CABRERO GARCÍA, 1985).

Como explicar então o fenómeno intrinsecamente contraditório de tão diferentes arquitecturas e das similitudes de espólio, particularmente o cerâmico?

Não parece muito difícil se admitirmos que a uma primeira fase local se sucedeu a construção ou reutilização dos monumentos por comunidades de arqueometalurgistas, os mesmos que levaram a extremos a colectivização da morte.

Na Fig. 2, evidencia-se um exemplo escolhido dentro do grupo megalítico de Reguengos de Monsaraz. Se observarmos a arquitectura da anta 2 da Comenda, nada a distingue dos monumentos cuja fórmula de corredor é a 2+2. Mesmo quanto à concepção do conjunto, a sua distinção dos monumentos de fórmula 1+1 é quase imperceptível (um corredor 2+2 pode ter a mesma extensão que um corredor 1+1). A solução dos construtores do segundo monumento representou, como em Olival da Pega 2, Farizoa 1 ou Cebolinhos 2, a utilização de um espaço tumular pré-existente para nele se construir um espaço colectivo próprio dos arqueometalurgistas. Em Olival da Pega 1, ou em Xarez 1, em meu entender, a escolha foi a da reocupação maciça do próprio monumento.

Novos espaços que traduzem a chegada de outros costumes funerários, resultantes da activação dos caminhos entre o Alentejo e Huelva...e vice versa...

Alentejo central, placa giratória entre as Península de Lisboa e Setúbal e o Sul dos metalurgistas.

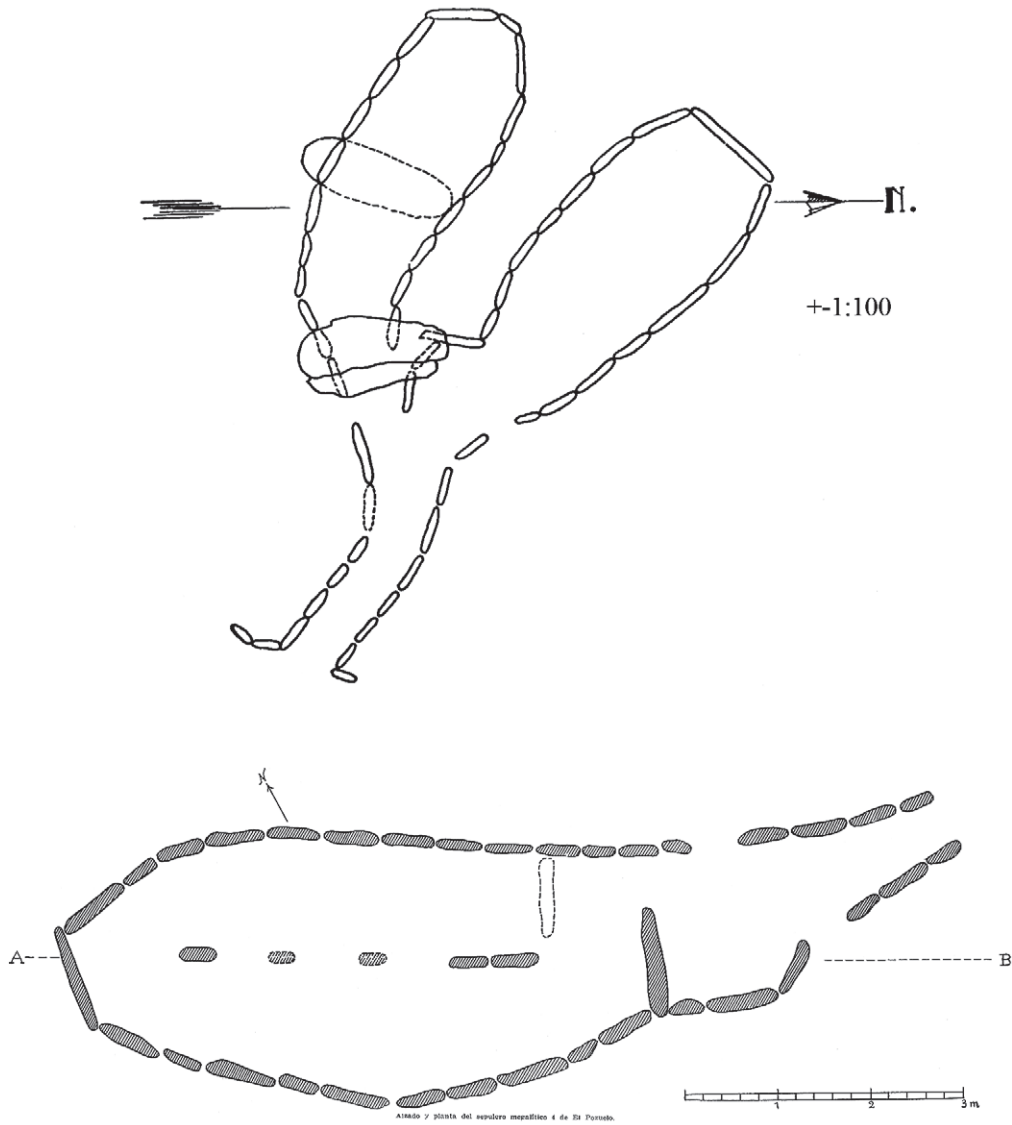


Fig. 1 – Arquitecturas do Grupo megalítico de Huelva. Em cima, El Pozuelo 3. Em baixo, El Pozuelo 4. Seg. MÁRQUEZ, LEISNER & LEISNER, 1952, Lám. VII-1 e V, remontadas.

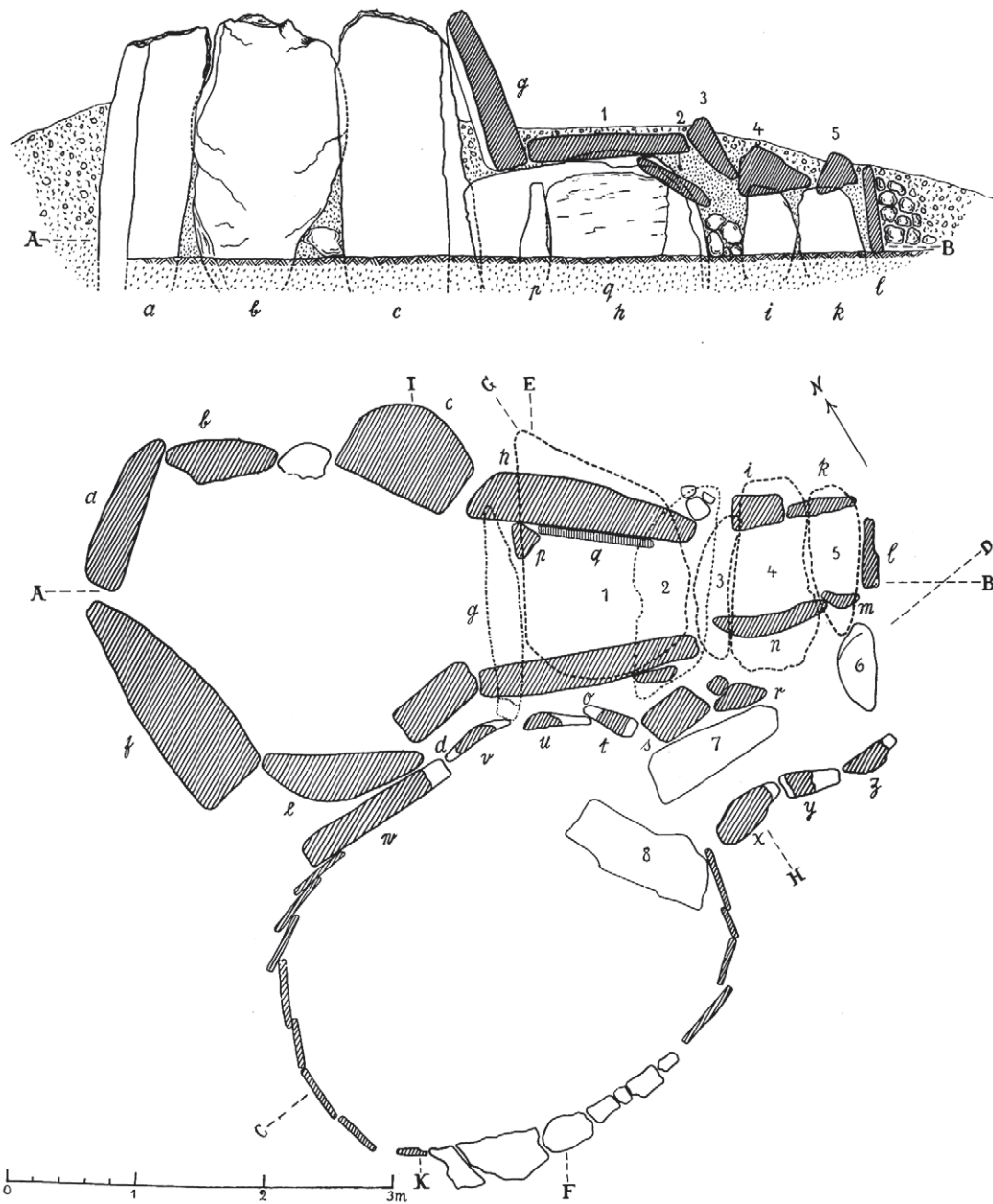


Fig. 2 - A Anta 2 da Comenda e o tholos anexo (Reguengos de Monsaraz). LEISNER & LEISNER, 1951, Est. X, simplificada.

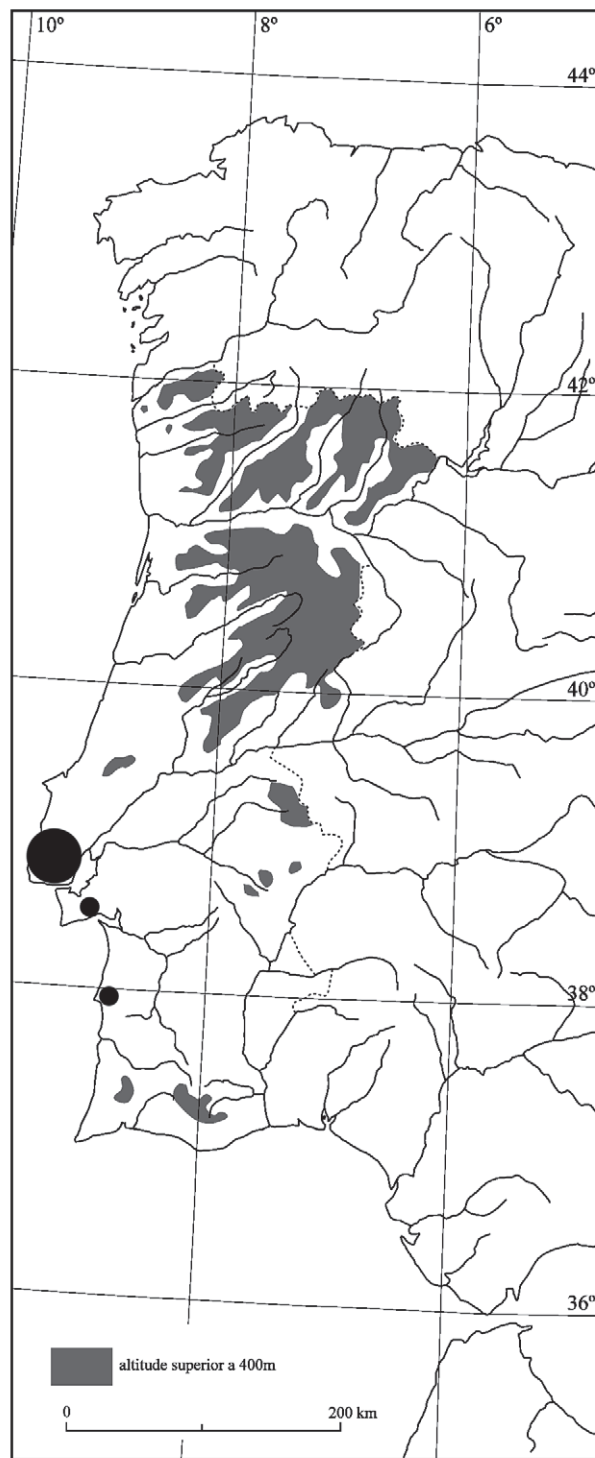
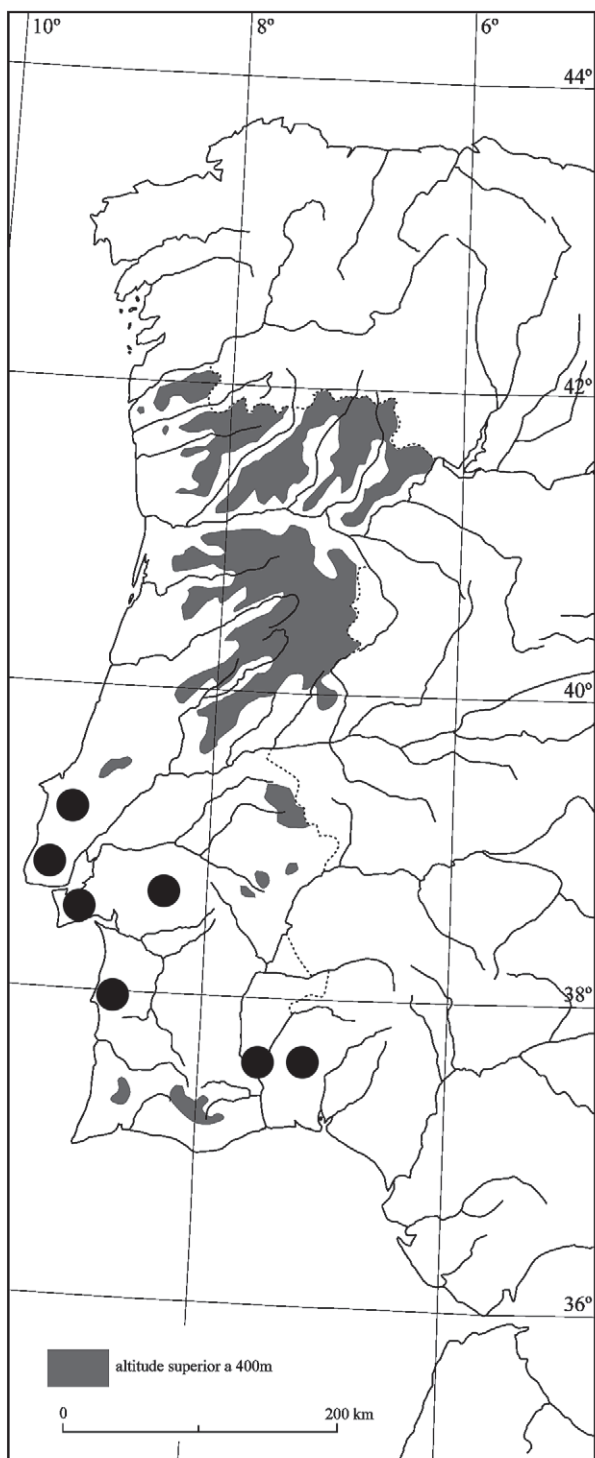


Fig. 3 – (à esquerda) Placas CTT. Distribuição geográfica simplificada de grupos actualmente em estudo. **Fig. 4** – (à direita) Taças e bilhas «campaniformes» com métopes. Distribuição geográfica simplificada de grupos actualmente em estudo.

3. AS PLACAS DE XISTO GRAVADAS: O CENTRO E AS PERIFERIAS

Sobre as placas de xisto gravadas produziu recentemente o Projecto «PLACA NOSTRA» um conjunto de textos que apresenta séries inéditas (S. Paulo 2, Carenque, Cabacinhitos, Loba...) ou onde se propõem interpretações para os sentidos das placas (Síndrome «das placas loucas», placas híbridas, representações implícita ou explicitamente antropomórficas).

Mas uma questão que subjaz aos sentidos das placas é sem dúvida a da sua difusão a partir do Alentejo central em direcção às regiões periféricas, configurando novos caminhos do Sul.

Em 1992 (GONÇALVES, 1992), chamei a atenção para o caminho Andaluzia – Sul de Portugal – Andaluzia, marcado pela progressão dos arqueometalurgistas, mas, a nível do sagrado, pelas representações da Deusa dos Olhos de Sol. O suporte para este caminho (as placas de Huelva, Mértola, Monte da Velha 2, Mourão, Chelas) foi no entanto revisto e completado (GONÇALVES, 2006), tornando-se cada vez mais evidente tratar-se do transporte não de um, mas de dois componentes de um complexo mágico-religioso: a Deusa dos Olhos de Sol e o Jovem Deus (o «ídolo almeriense»), por vezes associados no mesmo suporte, outras representados de forma exclusiva.

Estas presenças são absorvidas pelas placas, cuja origem e primeira evolução se localizam claramente no Alentejo central, mas que são permeáveis a duas inovações registadas a meio do seu ciclo de vida: o recorte antropomórfico das placas e a presença Deusa Mãe – Jovem Deus, estando o primeiro naturalmente conectado às representações clássicas do «ídolo almeriense». Seriam estas as configurações de um primeiro caminho? Certamente não. O que parece efectivamente consubstanciar uma primeira difusão consiste na geografia das placas CTT, que serão em breve objecto de um estudo detalhado. Do Alentejo central à península de Lisboa, e em diagonal até Huelva, as placas CTT representam uma das mais consistentes evidências para a circulação de artefactos mágico-religiosos em todo o Centro e Sul de Portugal.

As imagens escolhidas mostram a absoluta similitude da concepção tripartida das cabeças das placas (de onde o acrónimo CTT..., a *private joke* com fundamento real). O ritmo triângulo preenchido – triângulo vazio (a Cabeça dentro da Cabeça) – triângulo preenchido marca um dos grupos mais facilmente referenciável dentro das placas de xisto gravadas, mas também um dos que indiscutivelmente atingiram regiões mais afastadas do Alentejo central, sem por isso ganharem especificidades locais (ao contrário do que acontece com as placas com Olhos de Sol e similares).

É o conceito, que analisarei proximamente, do significado das «pequenas minorias», cuja importância em diagnose supera, num dado sentido, o das maiorias.

4. OS POVOADOS E AS QUINTAS FORTIFICADAS DOS ARQUEOMETALURGISTAS

Quanto a viagens, o 3.º milénio não tem poucas, ainda que os caminhos provavelmente sejam diferentes. A arqueometalurgia, no Sul peninsular uma componente da Revolução dos Produtos Secundários, segue os caminhos da Andaluzia para o Alentejo e daí para a Península de Lisboa. Recentemente, com Ana Catarina Sousa (GONÇALVES & SOUSA, 2006), chamei a atenção para as cronologias hoje disponíveis para as Penínsulas de Lisboa e Setúbal. E todas elas, no que se referem aos povoados de arqueometalurgistas, apontam claramente para um eclodir relativamente tardio, em caso algum anterior a 2900 a.n.e. (e certamente posterior), sendo esse o parâmetro mais antigo dos intervalos de tempo obtidos para amostras fiáveis.

Temos assim, de novo, o Corredor do Guadiana, com o Tejo como passagem ou fronteira, conforme a área do seu curso, e o Sado, correndo sonolento para Norte, em planícies abertas e pouco propícias às matérias

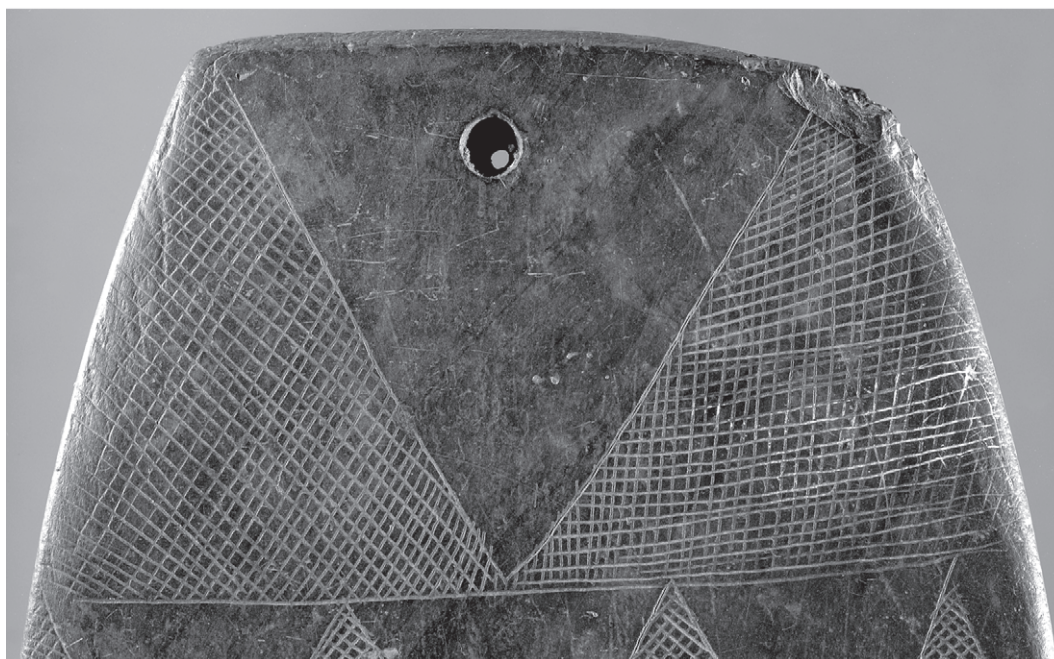
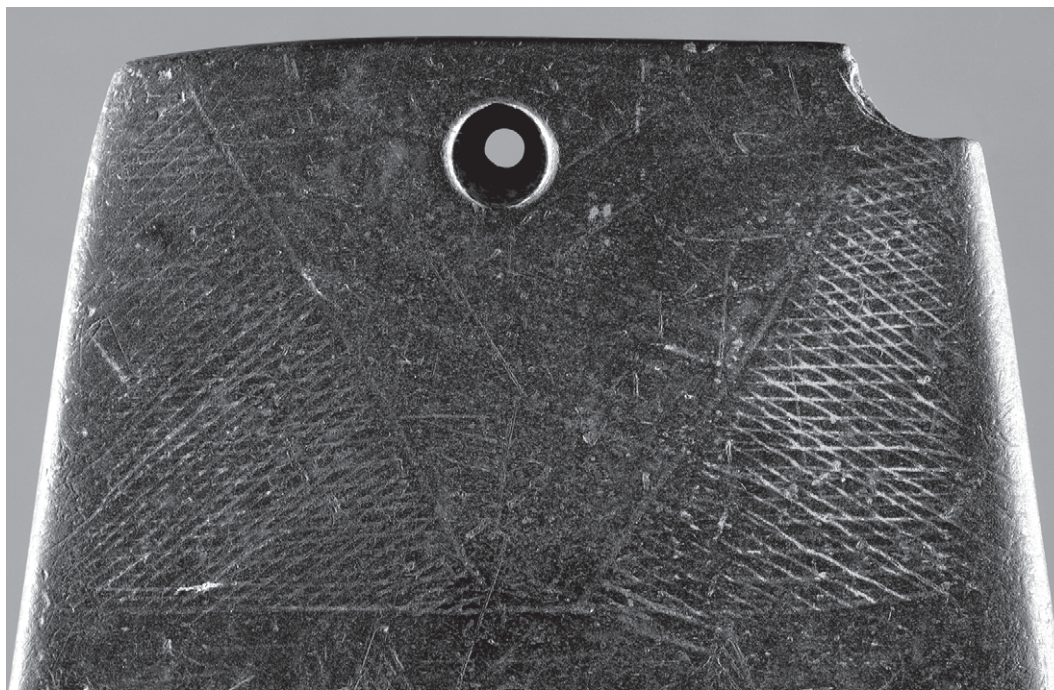


Fig. 5 – Cabeças de placas CTT: (em cima) Câmara Ocidental (*tholos* da Praia das Maças), IGM-PMC-6, (em baixo) Pedra Branca (Montum, Melides), IGM-MMM-55.

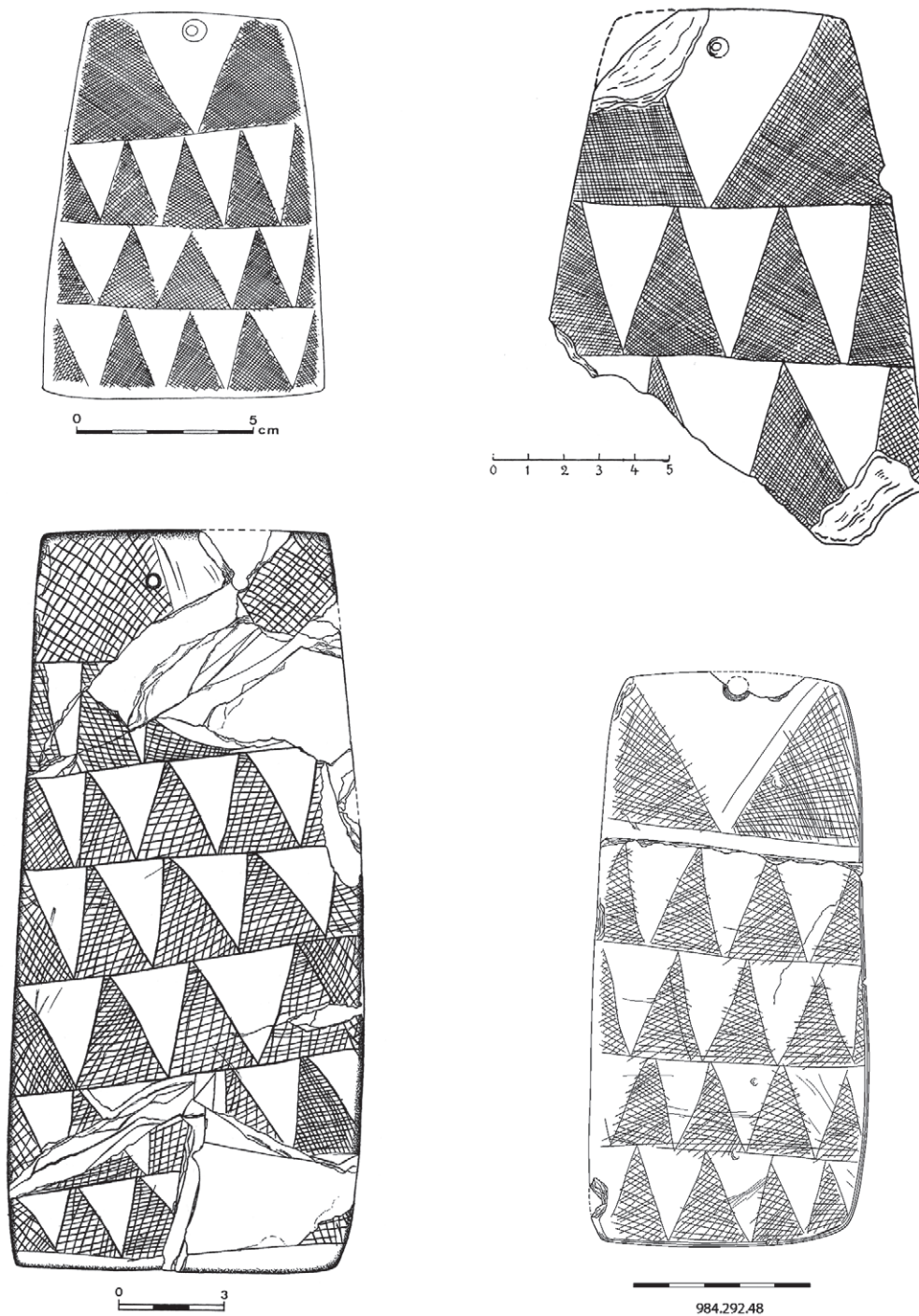


Fig. 6 – Placas CTT. (em cima, à esquerda) Casa da Moura (seg. CARDOSO & CARREIRA, 2001-2002), (em cima, à direita) El Pozuelo 6, Huelva (MARQUEZ, LEISNER & LEISNER, 1952, Lám. XXIV, 2). (em baixo, à esquerda) Furadouro da Rocha Forte (L. GONÇALVES, 1992), (em baixo, à direita) Anta 1 do Paço de Aragão, MNA 984.292.48 (Arquivo «PLACA NOSTRA»). Escalas em cm.

primas e aos dispositivos de segurança (murallas reforçadas por torres) de que necessitavam os arqueometalurgistas.

Quintas fortificadas como o Cerro do Castelo de Santa Justa, o Monte da Tumba ou o Monte Novo dos Albardeiros pontuam paisagens diferentes, mas certamente não é por acaso que controlam paisagens muito amplas, no último caso toda a planície «megalítica» de Reguengos de Monsaraz, onde construirão os seus *tholoi*.

O caminho em direcção à Serra d'Ossa (CALADO, 2001), e daí de novo para Sul e para Oeste, cola-se sobre os caminhos dos prospectores ou adquirentes de sílex, trocado pelas rochas duras do Alto Alentejo. E, de novo, as placas de xisto gravadas, cujo conteúdo é reescrito, são disso prova evidente. Tal como cadinhos, moldes e cobre.

5. OS PRIMEIROS CAMPANIFORMES E AS TAÇAS «CAMPANIFORMES»

Uma questão para qual todos nós gostaríamos de encontrar resposta, no que ao 3.º milénio respeita, é sem dúvida a origem dos «verdadeiros» campaniformes. O conceito, como se sabe, muito cedo se tornou tão amplo e pouco selectivo como um albergue espanhol (sem ofensa, apenas uma imagem de estilo...).

Todos chamamos (e bem) *campaniformes* aos vasos em forma de sino invertido, com faixas preenchidas a oblíquas, usando a técnica decorativa do pontilhado. É o único caso em que todos os componentes do pacote campaniforme parece estarem presentes: uma forma, um acabamento, uma decoração.

Mas as taças «tipo Palmela» o que são? Sem dúvida uma forma lisa anterior, que apresenta agora, por definição, o corpo e o lábio decorados. Esse lábio, largo e aplanado, recebe decoração tão diversa como retículas, uma faixa zigzagante correndo em campo de oblíquas incisivas, faixas paralelas acompanhadas por uma linha de curtas incisões, etc.

Mas as taças partilham motivos decorativos que as formas de decoração «barroca» de alguns campaniformes tardios também usam. A sua forma é comum nos catálogos de cerâmicas lisas anteriores, mas onde encontramos bordos tão complexamente decorados? Em mais nenhum grupo cerâmico, evidentemente, sendo os bordos denteados e entalhados, que os antecedem, de uma simplicidade absoluta.

As taças «campaniformes», de «tipo Palmela», centram-se nas Penínsulas de Lisboa e Setúbal, mas os seus caminhos estendem-se para Sul e para Este. E se os seus motivos são quase sempre «laicos», algumas apresentam mesmo das raras figurações zoomórficas que conhecemos para o 3.º milénio: veados em linha, gravados a ponteados.

Mas alguns motivos em vasos e taças de momentos tardios, talvez dos dois últimos séculos do 3.º milénio, mostram curiosas «contaminações»: o uso das métopes, por exemplo, ou sobrevivências do Grupo das cerâmicas decoradas com «folhas de acácia».

Nesta complexa realidade, pouco numerosa no Alentejo e ausente do Algarve, os caminhos das Penínsulas de Lisboa e Setúbal para Sul (veja-se o caso exemplar da Pedra Branca, em Montum, Melides) activam uma linha de costa que traduz movimentos já detectados para as cerâmicas «folha de acácia», mas agora mais amplos com as cerâmicas campaniformes tardias.

O uso como motivo decorativo de métopes em bandas a seguir ao bordo (de uma a quatro bandas) ou intercaladas noutros motivos decorativos horizontais em função do bordo, está atestado em taças, de Pedra Branca a Rio Maior, proliferando na Península de Lisboa, bem conhecidas na Rotura e em Chibanés, na Península de Setúbal. Mas, na mesma área, foram registadas em formas muito diferentes: as bilhas de Pedra Branca e da Sra. da Luz, o vaso campaniforme da Pedra Branca, o grande esférico achatado de Alapraia 2, a taça com pé de S. Pedro de Estoril 1...

Mas se nenhuma taça apresenta os símbolos, ou os conjuntos de símbolos, teomórficos, que conhecemos em cerâmicas ou osso durante toda a primeira metade do 3.º milénio, é legítimo perguntar se acabaram aqui os caminhos dos primeiros prospectores de metal? Os símbolos e o complexo mágico-religioso muito provavelmente, mas os caminhos duvido, ainda que nos interroguemos, legitimamente aliás, sobre a natureza destes antigos caminhos, recriados agora.

6. EM RESUMO?

Será possível resumir propostas em estruturação, interrogações, caminhos hesitantes de viandantes cansados e confusos por caminhos mal indicados?

Se tivesse mesmo que responder diria duas coisas e uma terceira.

A imagem com que ficamos para a segunda metade do 4.º milénio e para todo o 3.º milénio a.n.e. não é apenas de complexificação social, como outros autores tão bem sublinharam, sobretudo para o 3.º milénio. É sobretudo a imagem de uma dualidade indesmentível, a de grupos estabilizados no território e de pequenos grupos móveis, certamente gerados por outros bem maiores. Na primeira metade do 3.º milénio, quando eclodem os povoados fortificados, eles protegem riqueza acumulada e a sua vida é tudo menos tranquila, como os reforços das muralhas e as várias revisões dos dispositivos defensivos evidenciam. O subsistema mágico-religioso a que pertencem as placas de xisto gravadas, nascido e estruturado no Alentejo central, partilha, a partir de um dado momento, as rotas de caminho ou retorno dos arqueometalurgistas, na lógica das «pequenas minorias». A mesma lógica que explica a presença das placas na Extremadura ou tão longe como Salamanca.

Os campaniformes acordam na coincidência de modelos, os «verdadeiros» campaniformes, os vasos «marítimos» ou «internacionais», representando uma forma que absorve posteriormente componentes decorativos das taças «campaniformes» e até mesmo das cerâmicas do Grupo «folha de acácia». Abertura, finalmente, das vias marítimas, sendo os arqueometalurgistas gentes dos caminhos terrestres?

Os caminhos do mar? nenhum naufrágio falou ainda, mas como poderíamos esquecê-los, olhada a geografia nova dos campaniformes? A que regista os caminhos terrestres, mas sem dúvida, e agora em força, os marítimos?



Fig. 7 – Métopes numa bilha e numa taça «campaniforme». (cima) Gruta da Sr^a da Luz, Rio Maior, IGM-156-2. (em baixo) Pedra Branca, Montum, Melides, IGM-MMM-s/n.



Fig. 8 – Métopes num vaso campaniforme (Pedra Branca, Montum, Melides, IGM-MMM-390) e num grande esférico achatado de Alapraia 2 (CCG-AL-108).

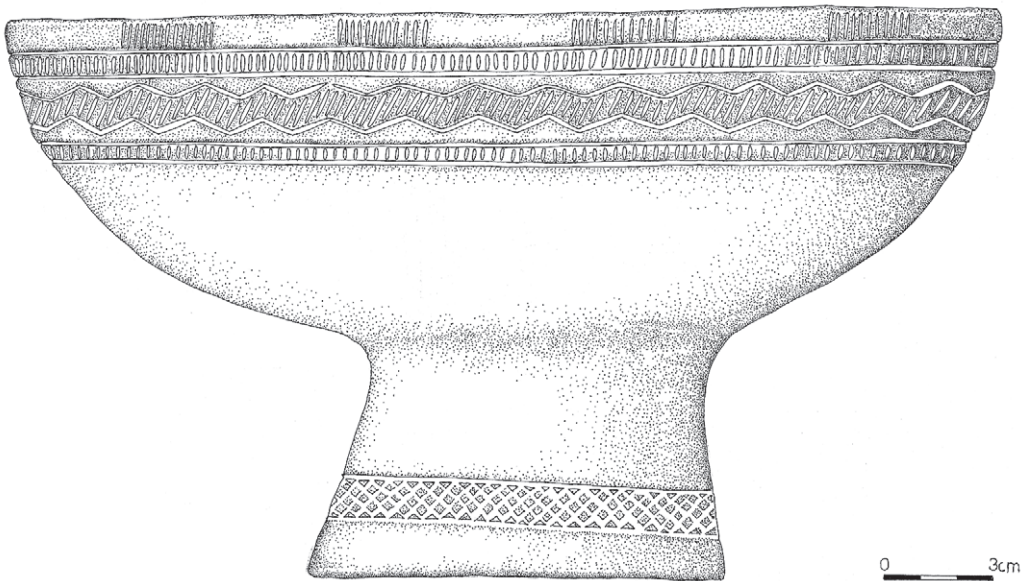
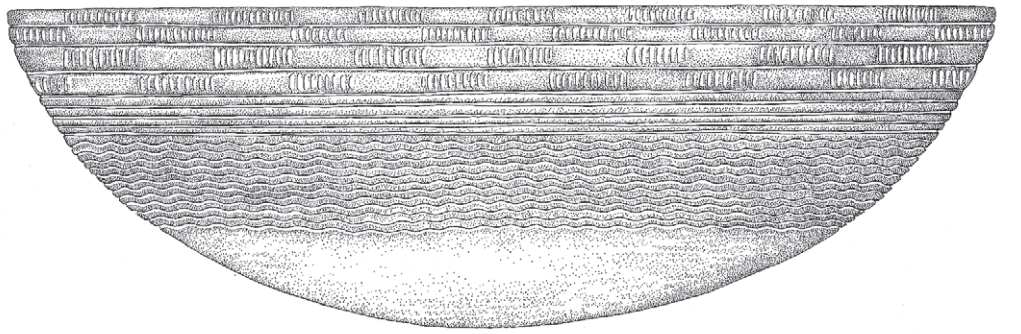


Fig. 9 – Métopes numa taça de bordo decorado de Alapraia 4 (CCG-AL-14) e numa taça com pé da Gruta 1 de S. Pedro do Estoril (CCG-SPE-2).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOAVENTURA, R. (2008, no prelo) – O megalitismo da região de Lisboa: as antas. *Transformação e mudança no Centro e Sul de Portugal. O 3.º milénio*. Cascais.
- CABRERO GARCÍA, R. (1985) – Tipologia de sepulcros calolíticos en Andalucía occidental. *Huelva Arqueológica*. Huelva, VII, p. 207-264.
- CALADO, M. (2001) – *Da Serra d'Ossa ao Guadiana: um estudo de Pré-História regional*. Trabalhos de Arqueologia 19. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- CARDOSO, J. L.; CARREIRA, J. R. (2001-2002) – A Gruta da Casa da Moura (Cesareda, Óbidos) e a sua ocupação pós-paleolítica. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 10, p. 249-361.
- GONÇALVES, J. L. (1992) – As grutas da Serra de Montejunto (Cadaval). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 4.ª S., 8-10, p. 41-201.
- GONÇALVES, V. S. (1989) – *Megalitismo e Metalurgia no Alto Algarve Oriental*. Lisboa: INIC/UNIARQ. 2 vols.
- GONÇALVES, V. S. (1999) – *Reguengos de Monsaraz, territórios megalíticos*. Lisboa: Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz.
- GONÇALVES, V. S. (2003a) – *STAM-3, A anta 3 da Herdade de Santa Margarida (Reguengos de Monsaraz)*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (*Trabalhos de Arqueologia*. 32).
- GONÇALVES, V. S. (2003b) – *Sítios, «Horizontes» e artefactos. Estudos sobre o 3.º milénio no Centro e Sul de Portugal*. 2ª edição revista e aumentada com dois novos textos. Câmara Municipal de Cascais.
- GONÇALVES, V. S. (2004a) – As placas de xisto gravadas dos monumentos colectivos de Aljezur. *Arqueólogo Português*. 22. p. 163-318.
- GONÇALVES, V. S. (2004b) – Manifestações do sagrado na Pré-História do Ocidente peninsular. 5. O explícito e o implícito. Breve dissertação, invocando os limites fluidos do figurativo, a propósito do significado das placas de xisto gravadas do terceiro milénio a.n.e. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7:1, p. 165-183.
- GONÇALVES, V. S. (2005a) – Espaços construídos, símbolos e ritos da morte das antigas sociedades camponesas no Extremo Sul de Portugal: algumas reflexões sob a forma de sete qmf. *Mainaké*. Málaga. 26, p. 89-114.
- GONÇALVES, V. S. (2005b) – Manifestações do Sagrado na Pré-História do Ocidente Peninsular. 6. Duas figurações da Deusa na estrutura funerária calolítica do Monte Novo dos Albardeiros (Reguengos de Monsaraz, Évora). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 4.ª S., 23, p. 197-229.
- GONÇALVES, V. S. (2005e) – Quelques questions autour du temps, de l'espace et des symboles mégalithiques au Centre et Sud du Portugal. Origine et développement du mégalithisme de l'Ouest de l'Europe. Vol. 1, p. 485-510. Bougon.
- GONÇALVES, V. S. (2006) – Manifestações do Sagrado na Pré-História do Ocidente Peninsular. 8. Sete placas de xisto gravadas (e algumas outras a propósito). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 4.ª S., 24, p. 167-231.
- GONÇALVES, V. S. (2008, no prelo) – Na primeira metade do 3.º milénio a.n.e., dois subsistemas mágico-religiosos no Centro e Sul de Portugal. *Actas do IV Congreso del Neolítico Peninsular*. Alicante.

- GONÇALVES, V. S. & SOUSA, A. C. (2006) – Algumas breves reflexões a propósito de quatro datas ¹⁴C para o Castro da Rotura, no contexto do 3.º milénio a.n.e. nas Penínsulas de Lisboa e Setúbal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 4.ª S., 24, p. 233-266.
- LEISNER, V. & LEISNER, G. (1951) – *As antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz*. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura. Reeditado pela UNIARQ em 1985.
- MÁRQUEZ, C. C. & LEISNER, G. & LEISNER, V. (1952) – *Los sepulcros megalíticos de Huelva*. Madrid: Ministério de Educación Nacional.
- ROCHA, L. (2005) – *Origens do megalitismo funerário no Alentejo Central: a contribuição de Manuel Heleno*. 2 vols. policopiados. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.